

As ciências sociais e a contrarrevolução permanente: o papel dos intelectuais na visão de Florestan Fernandes¹

Diogo Valença de Azevedo Costa²

67

Resumo: O presente artigo possui o propósito de analisar a perspectiva de Florestan Fernandes sobre o papel político dos cientistas sociais, como categoria social, após sua aposentadoria compulsória da Universidade de São Paulo (USP) em 1969, por força do regime ditatorial implantado em 1964. O método de pesquisa utilizado se baseou na reconstrução dos argumentos de Fernandes em seus trabalhos da época, delimitando-se as leituras em torno de seus ensaios sobre a questão dos intelectuais. A principal tese aqui defendida assume que a análise sociológica dos cientistas sociais elaborada por Florestan Fernandes se relaciona com sua categoria teórica de *contrarrevolução permanente*, ideia bastante desenvolvida em suas análises da ditadura *civil-militar* (1964-1985). O autor produz uma verdadeira sociologia dos intelectuais, ainda hoje pouco explorada pelos intérpretes de seu pensamento, especialmente preocupada com a situação dos países periféricos e de capitalismo dependente.

Palavras-chave: Ciências Sociais; contrarrevolução permanente; papel dos intelectuais; Florestan Fernandes.

¹ O presente artigo é uma versão revisada e ampliada do texto de minha intervenção na mesa-redonda intitulada “Centenário de Florestan Fernandes: Sociologia e Política”, organizada por Ricardo Shiota no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), no dia 27 de julho de 2020. Gostaria de agradecer pela leitura prévia e observações das sociólogas Heloísa Fernandes e Eliane Veras Soares, como também às(aos) pareceristas anônimas(os) pelas críticas construtivas, as quais me ajudaram a organizar melhor os argumentos e, em especial, a tratar mais precisamente a categoria *neofascismo*. Seria escusado dizer que eventuais lacunas e imprecisões são de minha inteira responsabilidade.

² Professor Associado II da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS/UFRB). Email: valencadiogo@hotmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5266-9855>

A omissão, na área vital da produção do pensamento, é a pior das fugas. E, como já pregava o clássico Vieira, pecar por omissão é o pior dos pecados. O que esperar de uma sociedade ou de uma civilização nas quais os intelectuais assistem impassíveis à brutalização do homem, enquanto desfrutam, com ou sem requinte mas sempre com afinco, o seu 'nível de vida' e os seus grandes ou pequenos privilégios? (FERNANDES, 1975/2010a, p. 145).

1. Introdução

68 Essa frase de Florestan Fernandes, escrita em 1975 e aqui reproduzida como epígrafe deste artigo, revela as tensões construtivas de um intelectual engajado na crítica da autocracia burguesa nas condições de capitalismo dependente, que pagou um preço alto pela sua coerência teórica e política. O momento em que escreve essas palavras foi o de um regime ditatorial aberto e se, hoje, não vivemos (ainda?) uma ditadura com todas as características clássicas, a autocracia burguesa – um dos elementos permanentes de nossa história política – tem se alimentado da fascistização de instâncias e instituições do Estado brasileiro. Os dilemas formulados pelo nosso autor são outros e não adianta buscar no Florestan Fernandes dos anos 1970, 80 e 90 todas as respostas para os dias atuais. Mas podemos pensar a partir dele o tempo presente. Essa é uma das tarefas que desafia as ciências sociais contemporâneas no Brasil quando se resgata algumas reflexões do sociólogo paulistano produzidas na década de 1970, um período dramático de sua história de vida então vivenciado como um misto de autoexílio, isolamento e confinamento intelectual provocados pela ditadura empresarial-militar.

Se, após a vitória eleitoral de um candidato de extrema direita à presidência, os setores democráticos ainda precisam forjar uma unidade política mais consistente, estratégica e capaz de fazer frente ao avanço do *neofascismo*, as perguntas que se fazem aqui são a respeito do necessário papel contestatório das ciências sociais. Quando as forças reacionárias e conservadoras atacaram as ciências sociais, a nossa resposta coletiva esteve à altura da situação? Fomos enfáticos o suficiente para desconstruir argumentos baseados na pura ignorância e no irracionalismo? As nossas notas de repúdio e de protesto conseguem ir além de frases jogadas ao vento? Perguntas incômodas desse tipo só poderão ser solucionadas coletivamente pela categoria intelectual, múltipla, heterogênea e

muitas vezes fragmentada, dos cientistas sociais. É justamente a ausência de respostas coletivas concertadas, capazes de opor resistência aos avanços do conservadorismo, que torna premente a problematização direta de tais questões, muitas delas também levantadas por Florestan Fernandes após sua aposentadoria compulsória da Universidade de São Paulo (USP) em 1969. A proposta deste trabalho será, nesse sentido, resgatar as análises críticas de Florestan Fernandes sobre os intelectuais e as ciências sociais no contexto mais geral do capitalismo, em escala mundial, e nos horizontes mais específicos das formações capitalistas periféricas, subdesenvolvidas e dependentes.

69 O enfoque da presente pesquisa se concentrou em alguns momentos significativos da trajetória de Florestan Fernandes na década de 1970, tendo como ponto de partida a violência representada pela sua expulsão das atividades acadêmicas e profissionais no Brasil – a despeito de algumas referências pontuais aos anos 80 e 90 surgirem aqui ou ali, fase essa mais conhecida por sua notória atuação pública como intelectual socialista e deputado pelo Partido dos Trabalhadores em dois mandatos consecutivos, o primeiro na Constituinte, de 1987 a 1994. Isso significa que um livro fundamental como *A sociologia numa era de revolução social* (FERNANDES, 1976a) não será aqui analisado, apesar de se configurar como uma referência essencial para se compreender a visão de Fernandes sobre o papel político dos intelectuais e das ciências sociais pelo menos até inícios dos anos 1960. Embora a fase mais marcadamente acadêmica de sua produção sociológica se constitua como um arcabouço conceitual imprescindível para se pensar suas posições posteriores, o objetivo primeiro foi verificar o impacto que o enfrentamento do regime ditatorial provocou na sua forma de analisar a categoria intelectual dos cientistas sociais e refletir sobre o papel político da sociologia.

Sob tal prisma, o trabalho foi dividido em duas seções. Na primeira delas, serão estabelecidas relações entre a caracterização histórico-sociológica da categoria política e teórica de “contrarrevolução permanente e prolongada” por Fernandes e suas críticas às ciências sociais. Aqui também será debatida a pertinência da utilização de expressões como *fascismo*, *protofascismo* e *neofascismo* (esta última hoje mais comumente empregada em face das consequências

desestabilizadoras do Golpe de 2016 e da presença do governo Bolsonaro), no bojo de reflexões do próprio Florestan Fernandes (1981a, p. 13-36), para analisar as situações políticas concretas do Brasil e da América Latina. Serão debatidos dois de seus ensaios em maior profundidade, *Notas sobre o fascismo na América Latina* (FERNANDES, 1971/1981a) e *A ditadura e os papéis políticos dos intelectuais na América Latina* (FERNANDES, 1969-1970/2010a). A seção seguinte estará dedicada a reconstruir a categoria sociológica de intelectual elaborada por Fernandes, tendo em vista suas prováveis contribuições para se pensar o cenário brasileiro contemporâneo como uma crítica das ciências sociais que não desafiam os poderes estabelecidos da autocracia burguesa e limitam-se ao seu universo institucional.

70 Como opção metodológica, procurou-se restringir a presente análise apenas aos escritos de Florestan Fernandes, sem qualquer esforço comparativo mais amplo de cotejar as ideias do autor com a de outros trabalhos que tematizam as complexas mediações entre instituições de produção intelectual e as transformações da vida política brasileira e latino-americana. Referências específicas a esse respeito serão indicadas mais a título de contextualização histórica e, nesse sentido, não poderão receber o tratamento aprofundado que seria necessário em outros tipos de enfoque. Quanto aos trabalhos citados no presente artigo, optou-se por utilizar sempre as reedições mais recentes dos livros de Florestan Fernandes, pelo simples motivo de serem hoje mais acessíveis, de modo que os leitores tenham melhores condições de verificar por si mesmos se as ideias aqui defendidas condizem precisamente com as posições políticas e teóricas assumidas pelo sociólogo paulistano³. De qualquer modo, não há mudanças de conteúdo entre as publicações originais e as reedições dos seus textos. Quando muito, o autor se limitava a retirar capítulos ou acrescentar novos ensaios em seus livros, mas não era sua prática modificar o conteúdo dos seus trabalhos anteriores. Valer-se de suas últimas edições não gera, portanto, problemas de interpretação da obra e trajetória intelectuais do sociólogo paulistano. Enfim, os textos fundamentais aqui analisados receberam uma disposição diacrônica, de maneira a

³ Sempre que pertinente e nas primeiras citações de cada texto de Florestan Fernandes, são informados o ano de primeira publicação e, após barra transversal, o ano da edição efetivamente consultada.

evidenciar como as reflexões conceituais de Florestan Fernandes foram sendo desenvolvidas e assumindo configurações particulares.

2. As ciências sociais e a contrarrevolução permanente

Aposentado compulsoriamente da Universidade de São Paulo em 1969, como represália violenta do Estado ditatorial, Florestan Fernandes passa a refletir com mais intensidade sobre as condições de intelectual, de sociólogo e de cientista social. Se antes a sua sociologia era uma “sociologia comprometida” nos moldes acadêmicos mais avançados de uma ciência que procurava combater o subdesenvolvimento e, por isso, pautada por horizontes democráticos e participativos, o eixo de suas reflexões se voltará para a análise objetiva do capitalismo dependente e sua autocracia burguesa, com tal análise contribuindo para se forjar as bases políticas e epistemológicas do que irá chamar posteriormente, alguns anos depois, de “sociologia crítica e militante”. Não se trata de uma expressão retórica para Florestan Fernandes, pois com ela queria se referir a uma sociologia crítica da ordem capitalista e, ao mesmo tempo, militante porque procurava se aliar aos movimentos democráticos anticapitalistas e socialistas, por mais débeis e oscilantes que tais movimentos pudessem ser na sociedade brasileira.

71

A expressão “sociologia comprometida” foi retirada de Fals Borda (1969) em trabalho escrito para o *IX Congreso Latinoamericano de Sociología*, México. Com essa expressão Orlando Fals Borda estava se referindo a um movimento político e epistemológico nas ciências sociais latino-americanas, caracterizado por se opor à noção positivista de neutralidade e buscar formas participativas e engajadas de pesquisa nos meios populares. O sociólogo colombiano cita como uma das referências fundamentais desse movimento o livro de Florestan Fernandes *A sociologia numa era de revolução social*, cuja primeira edição foi de 1963. É importante salientar que Fals Borda solicitou críticas e conselhos de Fernandes na elaboração desse trabalho, podendo suas cartas a esse respeito ser consultadas no Fundo Florestan Fernandes da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Uma comparação entre os dois sociólogos se faz pertinente para conhecer as posições de Florestan Fernandes, na década de 1960, sobre quais deveriam ser os papéis

políticos do cientista social na América Latina, alinhados ao que chamava, inspirando-se em Karl Mannheim, de “mudança cultural provocada” via processos de planejamento democrático. Costa e Bomfim (2020), em artigo intitulado *O papel político do sociólogo na América Latina: diálogos entre Fals Borda e Florestan Fernandes*, as posições teóricas de Florestan Fernandes anteriores ao momento político analisado no presente trabalho (isto é, construídas ao longo dos anos de 1940, 50 e 60) foram exaustivamente analisadas.

Por outro lado, as considerações de Florestan Fernandes na década de 1970 sobre os dilemas políticos das ciências sociais e seus balanços históricos a esse respeito irão coincidir com a autoanálise que fará de sua trajetória intelectual, traçando seu próprio itinerário como a construção de uma “sociologia crítica e militante”. Assim, os vínculos entre sociologia e socialismo, ou pelo menos a necessidade de os sociólogos levarem em conta as prospecções socialistas das tendências históricas de transformação social, são reiteradamente enfatizadas por Florestan Fernandes como condição fundamental para se construir um saber científico objetivo da ordem capitalista atrelado à *práxis* política revolucionária. Nesse sentido, não há uma negação da ciência em favor da militância socialista, mas a própria ciência sociológica se torna um dos instrumentos da luta política revolucionária. Por isso, pode-se aventar a hipótese de que a sociologia de Florestan Fernandes ganha uma nova consistência teórica e metodológica a partir de sua adesão radical – no sentido de ir à raiz das coisas – ao socialismo revolucionário. A ideologia socialista torna mais consistente a prática sociológica de Florestan Fernandes e não a enfraquece, como se poderia supor a partir de perspectivas que dissociam sociologia e formas de pensamento ideológicas e utópicas. Algumas passagens dos escritos do autor indicam que essa passou a ser sua posição política, teórica e epistemológica nas ciências sociais pelo menos a partir dos anos 70. Por exemplo, ao falar da necessidade de o movimento socialista produzir seus quadros intelectuais orgânicos, diria que só assim seria possível elaborar “uma *sociologia crítica e militante* bastante ampla e consistente para «fazer a crítica da ordem» e ser útil à «transformação do mundo»” (FERNANDES, 1977, p. 207-208); em outro contexto, diria que a “verdadeira imaginação sociológica só existe e floresce onde há plena compreensão crítica da ordem

72

existente e uma projeção responsável dos papéis intelectuais dos sociólogos nos processos de transformação revolucionária da sociedade” (FERNANDES, 1977, p. 257). Por fim, tendo assumido radicalmente os horizontes marxistas de uma ciência social revolucionária, passaria a se afirmar em termos dos objetivos de uma luta socialista emancipatória e a defender uma “ciência social histórica” capaz de combinar,

intrínseca e objetivamente, a crítica de si mesma com o conhecimento à crítica da ordem existente tal como ela se produz pela luta de classes, pela desalienação ativa e pela autoliberação coletiva dos oprimidos, ou seja, que se manifeste univocamente como teoria e prática, como expressão autêntica da verdadeira ciência em sua capacidade de transcender ao enquadramento ideológico burguês e de fazer parte do ‘movimento que abole o presente estado de coisas’, isto é, de ser comunista, de identificar-se com a situação social de interesses de classe dos trabalhadores e com o que ela significa para o advento e o desenvolvimento de um novo ciclo histórico revolucionário (FERNANDES, 1995, p. 37).

73

Os exemplos se multiplicam nos escritos de Florestan Fernandes, mas as três passagens precedentes são suficientes para documentar a construção de uma perspectiva epistemológica nas ciências sociais vinculada à luta socialista. A crítica às ciências sociais que fará a partir dessa guinada histórica de seu pensamento teórico na sociologia só poderá ser compreendida à luz de um estudo aprofundado de sua perspectiva socialista para o Brasil e América Latina.

Assim, os horizontes teóricos de Florestan Fernandes, nesse seu balanço das práticas acadêmicas institucionalizadas de produção do conhecimento, podem ser sintetizados numa crítica à burocratização das ciências sociais e, com isso, à sua consequente neutralização política apenas favorável aos interesses políticos das elites das classes dominantes, tanto nos países centrais como nas periferias do sistema capitalista em escala mundial. De outro lado, o nosso autor irá propor uma reelaboração mais consistente, rigorosa e exigente da *práxis* política na sociologia e nas ciências sociais, articulando-as a partir de sua perspectiva marxista que passa a entender, sobretudo, com o olhar de um socialista revolucionário. A síntese entre o sociólogo e o socialista alcança talvez sua expressão mais exemplar em *A natureza sociológica da sociologia* (FERNANDES, 1980), livro fruto de aulas ministradas na PUC-SP em 1978 e publicado em 1980. Nesse trabalho o autor revisa todas suas formulações teóricas anteriores, contidas nas coletâneas *Ensaio de sociologia geral e aplicada* (FERNANDES, 1976b), *Fundamentos empíricos da*

explicação sociológica (FERNANDES, 1978b) e *Elementos de sociologia teórica* (FERNANDES, 1974), assumindo a tese de que os esforços de síntese na sociologia e nas ciências sociais causarão fortes ilusões se as pugnas teóricas e metodológicas nessas ciências, emergentes do próprio estilhaçamento da sociedade em classes antagônicas, não forem levadas em conta como uma questão prática, política, e não meramente lógica ou de teoria. A possibilidade de uma síntese teórica e metodológica na sociologia e no conjunto das ciências sociais se torna uma tarefa para o futuro, a ser avançada nos horizontes da transformação revolucionária da ordem capitalista, na construção do socialismo e das etapas mais avançadas do comunismo.

74

Se a tarefa fundamental de Florestan Fernandes nas décadas de 1940, 50 e 60 foi a de construir teoricamente a sociologia como ciência empírica, sendo para tanto necessária a reflexão epistemológica de cunho mais geral, ao longo dos anos 70 o nosso autor irá rever tais posições à luz da perspectiva socialista e, nesse processo, pensar em termos mais rigorosos as dificuldades lógicas e práticas das sínteses intelectuais nas ciências sociais. Isso seria feito ao mesmo tempo com uma crítica das orientações ideológicas da sociologia e das ciências sociais acadêmicas. Antes de passar à explicitação das críticas de Florestan Fernandes às orientações políticas das ciências sociais na era de avanço mundial do capitalismo monopolista em sua feição imperialista, seria necessário precisar a categoria heurística de contrarrevolução, a qual se encontra presente em sua interpretação do capitalismo dependente no Brasil e América Latina. O historiador norte-americano Arno J. Mayer utiliza a categoria contrarrevolução como um conceito que nos permite avaliar a história europeia que vai de 1870 a 1956. No livro *Dinâmica da contrarrevolução na Europa: 1870 - 1956*, escrito em 1971 originalmente, tendo sido publicado pela Paz e Terra em 1977, o autor se propõe uma história conceitual e argumenta a favor do uso analítico da categoria contrarrevolução para entender os processos políticos europeus de fins do século XIX até meados do século XX. Mayer não analisa o Terceiro Mundo, não por desconsiderar a importância do assunto, mas devido ao recorte e escopo de suas investigações. Ao final, o resultado do trabalho de Mayer é que se pode encontrar, como não poderia deixar de ser, uma categoria saturada historicamente pela dinâmica própria das crises econômicas,

políticas, culturais e ideológicas que acompanham o fenômeno contrarrevolucionário na Europa, desde a Comuna de Paris, em 1871, passando pelos episódios genocidas do fascismo e do nazifascismo tão dramáticos da *Shoah*, do extermínio judeu, até alcançar as primeiras disputas e conflitos a quente da Guerra Fria – como nos casos emblemáticos das guerras da Coreia e do Vietnã – entre os dois grandes blocos antagônicos, que simbolizavam as alternativas civilizatórias entre capitalismo e socialismo. As generalizações possíveis são sempre relativas, mas seria uma crença de Mayer, bastante plausível, que a contrarrevolução é um fenômeno de dimensões mundiais e afeta de formas específicas os contextos nacionais e regionais histórico-concretos.

A contrarrevolução não é somente o avesso da revolução, ou como diria Florestan Fernandes, “A revolução constitui uma realidade histórica; a contrarrevolução é sempre o seu contrário (não apenas a revolução pelo avesso: é aquilo que impede ou adultera a revolução)” (FERNANDES, 1981b, p. 9). Em termos da contribuição de Mayer, a dinâmica da contrarrevolução desponta nos momentos de crise, assim como a própria revolução, de modo que podemos traçar estágios dos acontecimentos em função das estruturas sociais, políticas, econômicas e disputas hegemônicas no campo cultural. Isso seria importante porque nos ajudaria a explicar a emergência de líderes de extrema direita com forte apelo de massas e as ocasiões em que tais indivíduos passam, por conta dos impasses e quebras de braço das lutas de classes entre setores de direita mais tradicionais e as forças populares, a ter um poder aparentemente desmedido e que afrontam as regras institucionais, democráticas. É certo que a direita mais tradicional, dita civilizada, de raízes liberais, possui resíduos fascistizantes e prefere entregar o barco a aventureiros a ter que respeitar as regras do jogo democrático. Não se deve alimentar ilusões e esse seria o cenário brasileiro atual.

Talvez uma das críticas que se possa fazer ao livro de Mayer é de que, ao focalizar somente a Europa, outras dinâmicas cruciais para entender a própria contrarrevolução europeia ficam de fora. O ideário fascista possui um vínculo muito próximo com a violência colonialista e todos os movimentos revolucionários autênticos apenas são dignos desse nome se forem também movimentos anticolonialistas. Os ataques da Itália de Mussolini à Abissínia, atual Etiópia, antes

e durante a Segunda Guerra, mostram esse estreito laço histórico entre fascismo e colonialismo. As chamadas democracias liberais, ditas civilizadas, também possuem uma mancha histórica nesse passado de crimes e genocídios que ainda hoje persiste. Em parte, seria preciso avaliar as responsabilidades das burguesias liberais, quando exacerbam seu lado autocrático e procuram impedir as mudanças progressistas para o conjunto das classes trabalhadoras, as camadas populares e despossuídas, na ascensão de regimes fascistas de extrema direita. Sem a focalização dos processos políticos no capitalismo dependente, não se pode enxergar como o fascismo se espraia internacionalmente, sendo capaz de assumir novas formas históricas.

76

A teoria da revolução em Florestan Fernandes preenche tal lacuna, pois considera os dinamismos internacionais e as condições concretas das nações de capitalismo dependente. Ao mesmo tempo, a “teoria da revolução” não se constrói nos termos hipotético-dedutivos da sociologia acadêmica ou da “grande teoria” nos moldes *parsonianos*, ou mesmo das “teorias de alcance médio” *mertoniana*. O que se entende por teoria revolucionária se casa com o que Fernandes entendia por *sociologia histórica* ou *diferencial*, como uma reconstrução do concreto como “síntese de múltiplas determinações”, no qual os fenômenos estruturais e de conjuntura se combinam num padrão explicativo em que o devir histórico procura ser apreendido como balizas para os movimentos sociais de contestação da ordem atuarem politicamente. Por isso, não se pode falar de uma teoria revolucionária pronta e acabada.

Embora possamos mobilizar as tradições revolucionárias de outros povos em nossa imaginação política, a lição que Florestan Fernandes nos deixa é a de que devemos *saturar historicamente* nossas categorias de pensamento. Ao se pretender ler e estudar de modo aprofundado um livro tão denso e compacto, difícil mesmo de resumir, o qual só pode ser comparado em poder de síntese ao *Manifesto Comunista*, de Karl Marx e Friedrich Engels, intitulado *O que é revolução*, de Florestan Fernandes, tem-se que levar devidamente em conta que o autor reinventa em solo brasileiro e latino-americano as teorias revolucionárias de clássicos do marxismo como Lênin, Rosa Luxemburgo, Trotsky, Mao Tse-Tung, Che Guevara, dentre outros, e reequaciona as categorias político-concretas de

revolução nacional-democrática, revolução burguesa, “revolução dentro da ordem” e “contra a ordem”, contrarrevolução e revolução socialista. No entanto, cumpre também dizer que Florestan Fernandes não foi um analista apenas da revolução, pois em determinado momento o sociólogo brasileiro passou a caracterizar o processo histórico da contrarrevolução como preventiva, prolongada e permanente. Nesse sentido, pode-se levantar a hipótese de que sua crítica ao processo de burocratização das ciências sociais, no centro e na periferia do sistema capitalista, avança análises a partir dos diferentes níveis em que estão sustentadas suas investigações sociológicas sobre a contrarrevolução. De igual modo, suas reflexões aproximam as categorias de contrarrevolução, autocracia burguesa e fascismo na compreensão da dinâmica de dependência das periferias do sistema capitalista mundial.

77 Não se abordará de forma sistemática os vários momentos de construção dessa crítica marxista das ciências sociais acadêmicas. Um trabalho que aborda exaustivamente os textos de Florestan Fernandes dos anos 70 é o de Lidiane Soares Rodrigues, *Florestan Fernandes: interlúdio (1969-1983)*, no qual se pode perceber os pontos de construção, desconstrução e reconstrução da visão de sociologia do autor aqui em debate. Serão apenas pontuados alguns elementos decisivos, para em seguida apontar uma das teses centrais contidas em *A natureza sociológica da sociologia* (1980) da crítica marxista às sociologias acadêmicas que poderiam ser enquadradas como a “nova sociologia da ordem” e às ciências sociais produzidas sob o polo da dominação capitalista. Na análise da contrarrevolução, um dos elementos-chave seria a investigação de como os estratos intelectuais se acomodaram às novas estruturas da dominação burguesa e outros se opuseram parcial ou totalmente ao regime ditatorial. Quando se toma a forma como atualmente a autocracia burguesa se manifesta, a partir da agitação *neofascista*, várias comparações seriam pertinentes. No exame das relações de classes das camadas múltiplas e heterogêneas da *intelligentsia* avançado por Florestan Fernandes, num texto escrito em fins de 1969 e início de 1970, “A ditadura militar e os papéis políticos dos intelectuais na América Latina”, logo se vê que as parcelas da inteligência mais próximas aos estilos de vida das classes médias e altas se vincularam à defesa aberta ou muitas vezes velada da contrarrevolução. Muitos

dos quadros intelectuais da ditadura foram recrutados nessa fração reacionária, os liberais conservadores, os tecnocratas do regime e os próprios intelectuais militares formados nas escolas ideológicas dos Estados Unidos.

A ausência de oposição mais consistente, como categoria coletiva, das camadas intelectuais à ditadura empresarial-militar instaurada em abril de 1964 seria explicada pelas deficiências estruturais e ausência de autonomia política e cultural das próprias instituições responsáveis pela transmissão, produção, divulgação e utilização prática dos conhecimentos nos campos da ciência, da tecnologia e da arte, em face das elites das classes dominantes: “[...] há uma situação estrutural que fragmenta as atividades intelectuais em posições e papéis que carecem, como tais, de qualquer autonomia social e de qualquer poder político inerente de autodeterminação” (FERNANDES, 2010a, p. 174-175). Por outro lado, a derrota do fragmento de geração que Fernandes reconheceria como a “verdadeira *intelligentsia*” – ou seja, “orientada na direção de uma percepção e de uma explicação crítica da realidade e da construção de uma concepção negativa do mundo, oposta à ordem social existente” de uma sociedade de *capitalismo selvagem*, situada na periferia do sistema e “baseada em extrema concentração da riqueza, do prestígio e do poder no tope, e numa grande massa de iniquidades sociais e de miséria; e voltada para reformas democráticas ou para a revolução social” (FERNANDES, 2010a, p. 181) – seria explicada pelo isolamento desse estrato intelectual específico nas instituições de produção do conhecimento submetidas às situações de interesse das classes médias e altas brasileiras, conservadoras e reacionárias. Porém, Florestan Fernandes vai mais longe na explicação e credita esse fracasso na atuação política dos setores radicais à “falta de condições para um envolvimento permanente dos pobres no seio do poder organizado institucionalmente nos processos culturais de integração nacional e nos movimentos de protesto social” (FERNANDES, 2010a, p. 182). As comparações com o momento político atual seriam muito pedagógicas, ajudando-nos a entender o próprio raciocínio histórico de Florestan Fernandes e como, a partir da análise do processo político da contrarrevolução e dos seus estratos intelectuais, esta última estaria associada às configurações específicas do fascismo no Brasil e América Latina.

78

Aqui seria preciso, no entanto, distinguir mais uma vez entre as formas clássicas de fascismo e o neofascismo hoje atrelado à contrarrevolução mundial nas periferias do sistema capitalista. Essa parece ser a consequência teórica e política que se pode extrair do ensaio de Florestan Fernandes a partir de agora em análise. Não foi objetivo do presente artigo verificar a plena validade teórica, empírica e política dessa caracterização histórico-sociológica do *(neo)fascismo* no Brasil e América Latina, comparando-a com as teses contidas em trabalhos mais recentes, que ampliam a compreensão da ofensiva conservadora no mercado de bens simbólicos e na produção cultural. É muito provável, contudo, que essa aproximação entre as categorias fluidas e intercambiáveis de contrarrevolução, autocracia burguesa e fascismo presentes nos ensaios do sociólogo paulistano (forjadas, aliás, no início dos anos 70, devendo-se, por isso, questionar seus elementos talvez mais datados historicamente) não seja incompatível com as contribuições mais recentes que vêm se dedicando a analisar a produção intelectual da chamada nova direita⁴. Essa seria uma excelente temática para novas pesquisas. Apesar da localização histórica, o ensaio de Florestan Fernandes levanta indagações fundamentais para se pensar o fascismo e a autocracia burguesa no Brasil.

Num contraste elucidativo com o modelo clássico de regimes fascistas ou nazifascistas, representados pela Itália e Alemanha, e suas variantes periféricas dentro da própria Europa, o *franquismo* na Espanha e *salazarismo* em Portugal, sem contar com o regime ditatorial de Ioannis Metaxas na Grécia (1936-1941), o que estava em jogo nos países latino-americanos, para Florestan Fernandes (1971/1981), não eram as disputas entre nações imperialistas e subimperialistas que, em suas redes de alianças, pactos e às vezes oposições frontais, lutavam por controle e influência sobre territórios capazes de garantir seus domínios nas regiões até então colonizadas da África e Ásia. Na situação específica do Brasil e da América Latina, as relações de força predominantes giravam em torno da

⁴ Dentre esses trabalhos mais recentes e dignos de nota, que poderiam aportar elementos comparativos bastante originais, pode-se mencionar: Flávio Henrique Calheiros Casimiro (2018); Josnei Di Carlo e João Kamradt (2018); Dmitri Cerboncini Fernandes e Allana Meireles Vieira (2019). Uma literatura mais ampla sobre o campo intelectual nas décadas de 1970 e 80, com suas fraturas, rupturas e rearticulações, pode ser consultada em Rodrigo Czajka (2014) e Marco Antonio Perruso (2011).

subordinação de seus países às estruturas de poder e às teias de espoliação predatória do grande capital em face de seus recursos naturais e da superexploração do trabalho. Dado seu caráter predatório de exploração econômica e ultraviolento de dominação política, o fascismo aqui, às vezes imprecisamente chamado de *protofascismo* ou *subfascismo*, não poderia deter a mesma dimensão doutrinária sistemática de uma ideologia de massas presente nos casos clássicos e mesmo naquelas suas versões europeias periféricas.

O sociólogo paulistano decide falar propriamente de fascismo, com isso querendo caracterizar um elemento estrutural e permanente da estrutura de poder tecnocrática do Estado burguês na periferia. Analisando a pertinência da caracterização das ditaduras latino-americanas como fascistas, irá dizer Florestan Fernandes num texto escrito em 1971 para a mesa-redonda intitulada *A natureza do fascismo e a relevância do conceito na Ciência Política contemporânea*, promovida pelo departamento de sociologia da Universidade de Harvard:

O fascismo na América Latina tem sido, até o presente, uma versão complexa dessa espécie de fascismo. Como tal, ele pressupõe mais uma exacerbção do uso autoritário e totalitário da luta de classes, da opressão social e da repressão política pelo Estado, do que doutrinação de massa e movimentos de massas. Ele é substancialmente contra-revolucionário (*sic*) e emprega a guerra civil (potencial ou real; e “a quente” ou “a frio”) em dois níveis diferentes (e por vezes concomitantes): 1.º) contra a democratização como um processo social de mudança estrutural (por exemplo, quando ela ameaça a superconcentração da riqueza, do prestígio e do poder); ou seja, ele se ergue, de modo consciente, contra “a revolução dentro da ordem”; 2.º) contra todos os movimentos socialistas, qualificados como revolucionários – portanto, ele também procura barrar a “revolução contra a ordem existente” (a qual foi, aliás, a *função histórica* do fascismo na Alemanha e na Itália). Alguns observadores encaram essa forma de “subfascismo” ou de “pré-fascismo” como uma herança colonial, localizando o seu componente central na manipulação autocrática das estruturas de poder e da maquinaria do Estado. [...] Seria errado supor que as manifestações do fascismo na América Latina constituam um mero produto (ou um subproduto) de estruturas de poder arcaicas. O fascismo, em si mesmo, é uma força muito moderna e seus objetivos mais recentes estão relacionados com o “desenvolvimento com segurança”, um desdobramento da interferência das potências capitalistas hegemônicas e das empresas multinacionais com vistas a garantir a *estabilidade política* na periferia. [...] De outro lado, se adotarmos conceitos derrisórios (como “subfascismo” ou “pré-fascismo”), com isso não modificaremos a realidade. Esses e outros nomes mal se aplicam à contra-revolução organizada política e militarmente e às suas implicações políticas tão complexas e destrutivas, que consolidam o poder da reação e excluem da cena histórica todas as formas de mudança política estrutural (anticapitalistas ou não), que

escapem ao controle direto ou indireto das classes possuidoras e de suas elites dirigentes. (FERNANDES, 1971/1981, p. 17-18).

Na perspectiva de uma leitura diacrônica da obra de Florestan Fernandes⁵, o autor ainda não havia formulado sua categoria política e teórica de “autocracia burguesa”, tal como o faria nos termos rigorosos de *A revolução burguesa no Brasil* (FERNANDES, 1975), porém já aventa aí as teses principais de sua interpretação do processo histórico da contrarrevolução nos níveis mundial e nacional. A forma de elaboração teórica e conceitual de Florestan Fernandes diverge, sob muitos aspectos, de uma Ciência Política que se preocupa com distinções analíticas muito precisas e trabalha mais no plano da vida institucional. Procurando apanhar as articulações complexas e contraditórias entre as dimensões sociais, políticas, culturais e econômicas da construção do Estado brasileiro e, também, latino-americanos, Fernandes apreende o que há de comum nas experiências dos regimes fascistas históricos, o objetivo de impedir mudanças estruturais progressistas e democráticas mesmo que limitadas à própria ordem capitalista. Nesse sentido, o autor percebe o fascismo como um fenômeno mundial atrelado à contrarrevolução.

81 Por outro lado, irá perceber as diferenças específicas que distinguem os diversos tipos ou experiências históricas de fascismo. Em relação ao Brasil e à América Latina, dada a existência de um capitalismo dependente, caracterizado pela superexploração do trabalho e pela expropriação dual do excedente econômico, formas de fascismo com apelo popular de massas poderiam conduzir a instabilidades desnecessárias, de acordo com os interesses das elites das classes dominantes, nacionais e estrangeiras, para o controle ideológico e político autocrático das classes trabalhadoras e camadas subalternas. Daí a excessiva ênfase em que o fascismo latino-americano deposita nas estruturas tecnocráticas das instâncias estatais e o apelo à fascistização das instituições jurídicas, policial-

⁵ Chama-se aqui de “leitura diacrônica” à tentativa de captar o próprio processo de construção do pensamento de um autor, as elaborações e reelaborações constantes de suas categorias, conceitos, de seus métodos e estilos de reflexão, abandono de ideias e incorporação de novas noções. Trata-se, em outras palavras, de uma tentativa de apreensão do “ritmo do pensamento em desenvolvimento” (GRAMSCI *apud* COSPITO, 2011, p. 12). Esse método filológico e diacrônico de interpretação do pensamento foi utilizado pelo próprio Giuseppe Cospito na interpretação de categorias centrais de Antonio Gramsci, tais como as relações entre *estrutura-superestrutura*, *hegemonia* e *sociedade regulada*. O mesmo método pode ser utilizado na interpretação do pensamento de Florestan Fernandes, em especial quando se tem em mente comparar seus manuscritos não publicados e toda sua produção disponível em livros.

militares e dos aparelhos públicos e privados de hegemonia. Uma fascistização que se arroga ares institucionais de legalidade, cujos dispositivos legais sobreviveram ao próprio fim da ditadura em 1985, e procura evitar os custos políticos da mobilização demagógica das classes médias e das massas populares.

Por isso, sempre que apelam a líderes demagógicos de extrema direita, as elites das classes dominantes e seus intelectuais orgânicos, os militares aí inclusos, percebem esse momento como um mal necessário e procuram voltar o mais rapidamente possível à normalidade de seu “totalitarismo de classe”, ou seja, ao paraíso de uma *democracia pluralista forte*, capaz de provocar ilusões de uma legitimidade nacional ao cimentar o consórcio plutocrático de distribuição do poder entre os setores estratégicos situados no topo da sociedade civil, as frações hegemônicas e subordinadas do grande capital. A eleição de Bolsonaro representou uma exacerbação dessa dimensão demagógica, a qual possui a função de criar instabilidade para justificar o aparelhamento estatal pelos estamentos e castas militares, os quais atuam como representantes de classe das burguesias, mesmo quando divergem em conflitos localizados e autocontidos. O risco maior de todo esse processo pode conduzir à explosão de um fascismo de dimensões de massa no Brasil, até agora nunca visto e, talvez, muito mais perigoso e totalitário do que aquele vivenciado na Itália, por exemplo. Florestan Fernandes alude a essa possibilidade quando escreve, em 1971, “[...] a emergência de um novo tipo de fascismo poderá estar articulada à transformação da ‘democracia pluralista’ na cidadela da contra-revolução mundial” (FERNANDES, 1981, p. 33). Ao se perguntar se “estaríamos diante de uma recuperação do ‘model extremo’ ou ‘radical’ herdado do fascismo europeu (isto é, da Alemanha e da Itália)” (FERNANDES, 1981, p. 33), o autor não considera o fascismo como um “fenômeno extinto”, mas histórico e estrutural, que se vincula à construção da contrarrevolução como um fenômeno internacional. Embora muitos autores possam discordar dessa conceituação, considerando-a muito geral, pouco analítica e específica, sua validade reside justamente na possibilidade de apreender as realidades estruturais de larga duração e, ao mesmo tempo, de distinguir as formas históricas de fascismo, “em suas modalidades do passado, do presente e possivelmente do futuro” (FERNANDES, 1981, p. 34). O plano teórico-conceitual e metodológico de Florestan

Fernandes trabalha as instituições políticas num nível histórico-estrutural das contradições de classes e seus agrupamentos representativos, por isso as noções de fascismo, contrarrevolução e autocracia burguesa se aproximam como dimensões interrelacionadas de uma totalidade social complexa, contraditória e essencialmente antagônica.

O *bolsonarismo* representa uma exacerbação do elemento demagógico do fascismo brasileiro, o qual pode ser refreado pela sua dimensão tecnocrática, pela burocracia militar, pelo aparato jurídico autocrático e pelo despotismo empresarial, mas na condição de recairmos nos riscos de uma “*fascistização sem fascismo*”, que pela sua “dissimulação” e “ambiguidade” (FERNANDES, 1981, p. 31) irá nos conduzir a formas piores e mais totalitárias de dominação de classe da burguesia. Nesses termos precisos, a sociologia política histórica de Florestan Fernandes nos facultaria caracterizar o *bolsonarismo* como uma espécie de *neofascismo*, com a ressalva de que podemos identificar dois blocos em disputa interna pela hegemonia nacional: a coalização tradicional dos partidos liberais (DEM, PSDB e PMDB) com suas fraturas internas e as forças extremistas que giram em torno do presidente Bolsonaro. Apesar das suas disputas setoriais, esses dois blocos estão unidos ideologicamente na defesa das contrarreformas neoliberais e suas afinidades podem ser traçadas a partir de uma formação cultural comum, respaldada na atuação de aparelhos públicos e privados de hegemonia cujas genealogias intelectuais podem ser buscadas num dos institutos fundados pela ditadura empresarial-militar de 1964, o Instituto de Estudos e Políticas Sociais (Ipes), e nas escolas de formação das forças armadas. Uma pesquisa fundamental seria esmiuçar as pontes históricas entre esses quadros e instituições intelectuais do passado, de um lado, e as organizações e movimentos ideológicos da *Nova Direita*, de outro. Aqui seria suficiente indicar suas dimensões históricas e estruturais mais gerais, sugerindo-se que os novos quadros intelectuais da ordem, na acepção *gramsciana* abrangente, atuam como legitimadores das formas extremadas de superexploração do trabalho, em condições exacerbadas de intensificação da dependência brasileira, como realidades naturais de organização da vida humana em sociedade.

Também nas universidades a tentativa de cooptação dos intelectuais foi uma das linhas de atuação da contrarrevolução, como o próprio Florestan Fernandes relata no caso da Universidade de São Paulo (FERNANDES, 1984a, p. 90-93). O foco de ataque principal da época eram as perspectivas progressistas das ciências sociais vinculadas ao desenvolvimentismo nacionalista, que sequer defendiam ideologias socialistas. Isso ocorria num momento em que o debate público aparentemente possuía uma caixa de ressonância muito maior, influenciando a formação das opiniões cidadãs. Se até meados da década de 1960 a intervenção pública dos intelectuais poderia gerar uma ilusão maior de influência no curso político dos acontecimentos, pois de fato havia uma canalização popular difusa das reivindicações por reformas de base e, por isso, a reverberação de ideias progressistas se fazia mais intensa. Com a intensificação da opressão sistemática do regime ditatorial a setores da inteligência, operou-se uma quebra e descontinuidade entre gerações, ou melhor, entre as novas gerações e o fragmento de geração dos intelectuais radicais vinculados aos anseios políticos de reformas ou revoluções democráticas. Essa quebra se deu justamente pela instauração das ditaduras militares no Brasil e América Latina, as quais Florestan Fernandes caracteriza como manifestações contemporâneas de fascismo.

Toda evolução histórica de larga duração descrita precedentemente se deu como pano de fundo de um processo simultâneo de burocratização e profissionalização especializada – no caso das ciências sociais – dentro das universidades, isolando ainda mais os intelectuais, não na “torre de marfim” (imagem que lembra mais o intelectual clássico da tradição liberal), mas nas dinâmicas internas dos próprios departamentos e das exigências individualistas das carreiras acadêmicas. Esse processo é mundial, vivido com certo atraso entre as nações de capitalismo central e os países capitalistas periféricos, mas de larga duração e persistente – processo esse que poderia muito bem ser caracterizado pelo sociólogo norte-americano, Wright Mills, como empobrecimento da “imaginação sociológica”. Um dos seus sintomas nos países periféricos seria a incorporação dos ideários das nações hegemônicas, estabelecendo-se como critério de verdade científica os modelos de organização social legitimados pela dominação imperialista.

A contrarrevolução no plano do pensamento e da prática das ciências sociais, na era do capitalismo monopolista e oligopolista dos anos 70, será analisado por Florestan Fernandes no capítulo “Sociologia e sociedade: os limites do capitalismo monopolista”, em especial o tópico “A nova sociologia da ordem”, de *A natureza sociológica da sociologia* (1980). Sua análise se concentra sobre a burocratização das estruturas universitárias seguindo algumas pistas levantadas previamente pela sociologia crítica nos Estados Unidos, em especial por autores como Wright Mills e Alvin Gouldner, em relação aos quais irá apontar as limitações de uma espécie de “radicalismo abstrato”, isto é, uma atitude crítica da ordem capitalista sem apresentar as condições históricas, reais e concretas de sua superação por meio da atuação nos movimentos sociais (FERNANDES, 1980, p. 63-68). Hoje o alheamento das ciências sociais, na verdade uma forma de autoalienação, diante dos problemas da sociedade se acentuou de tal forma que o isolamento se dá por padrões de carreira acadêmica ultraindividualistas, de modo que a participação pública do cientista social – mesmo quando crítica e radical – se esvazia nos mecanismos neutralizadores da sociedade de massas e seu radicalismo se estiola como algo meramente simbólico e compensatório. A impressão é que, em regra geral, os cientistas sociais como categoria falam sempre para as mesmas plateias e, com isso, reforçam a convicção da importância do próprio trabalho, mas sem efetividade política quando se trata de lutar por justiça social para a maioria do povo brasileiro.

Na era do capitalismo monopolista e oligopolista, as ciências sociais se submetem a determinantes externos de reprodução política da ordem que limitam e distorcem seu potencial emancipatório, transformando-as em técnicas de controle social. É nesses termos que, a partir de meados da década de 1970, Florestan Fernandes passa a analisar as condições intelectuais da produção sociológica e suas críticas aos papéis intelectuais dos cientistas sociais passam a assumir uma dimensão anticapitalista, socialista, de ruptura com os horizontes institucionais burgueses. Embora se pudesse atuar dentro da ordem, defendendo-se reformas que tensionassem os limites da sociedade de classes, isso deveria ser avançado mediante esforços estratégicos de uma mudança estrutural profunda nos termos de uma verdadeira revolução democrática, de cunho socialista. Não se pode

compreender, dessa forma, os novos enfoques sociológicos de Florestan Fernandes sobre a categoria específica dos cientistas sociais como intelectuais, uma fração particular da *intelligentsia*, sem pensar no modo como passou a encarar o encadeamento entre as lutas políticas “dentro da ordem” e “contra a ordem”, expressões com as quais procurou traduzir o velho debate marxista sobre reforma e revolução. A próxima seção do artigo será destinada a debater a caracterização histórico-sociológica de Florestan Fernandes sobre os cientistas sociais no Brasil e América Latina.

3. Florestan Fernandes e a crítica aos cientistas sociais como intelectuais da ordem

86 O período de exílio no Canadá, em que Florestan Fernandes esteve lecionando sociologia na Universidade de Toronto (1969-1972), coincide com suas críticas socialistas e marxistas às ciências sociais e ao papel político dos intelectuais nas condições históricas do capitalismo dependente. Embora o diálogo com a obra de Marx e com o marxismo lhe fosse bastante anterior, a julgar pela sua atuação no movimento trotskista na década de 1940, a hipótese que se pode aventar é a de que suas reflexões sociológicas se tornam cada vez mais concretas e passam a operar menos com os conceitos abstratos da chamada sociologia sistemática, aproximando-se mais de uma tentativa de reconstrução rigorosa da formação social brasileira, após seu *giro marxista* já sentido nos anos 60 e intensificado no decênio posterior⁶. Isso não ocorreu, entretanto, da noite para o dia e suas formulações marxistas se desenvolvem simultaneamente como um acerto de contas com suas próprias posições epistemológicas anteriores, mais condizentes com a perspectiva de um socialismo reformista e reconfigurando o conjunto de suas orientações políticas dentro dos horizontes da teoria sociológica. Há, portanto, rupturas e continuidades no pensamento de Florestan Fernandes acompanhadas de uma complexa interação dialética entre marxismo, sociologia e ciências sociais.

⁶ Sobre a atuação de Florestan Fernandes no Partido Socialista Revolucionário, seção brasileira da IV Internacional, ver Eliane Veras Soares (1997). Em termos de comparação entre Florestan Fernandes e outros intelectuais públicos de inspiração trotskista, seria oportuna a leitura de Josnei Di Carlo (2019b).

No campo da Ciência Política, por exemplo, Florestan Fernandes irá criticar uma espécie de “ciência política comparada” tão em voga em fins dos anos 1960 e no decênio seguinte. Os conceitos analíticos desse tipo de ciência política permitiam distinções e classificações cada vez mais específicas, às vezes ideologicamente reacionárias como as de “ditaduras funcionais” para a preservação da democracia, mas com pouca ou nenhuma utilidade em termos de uma análise sociológica preocupada em desvendar os meios de fortalecer as forças sociais opositoras do regime autocrático. As próprias noções de autoritário e autoritarismo não se opunham, sob essa ótica enviesada, ao funcionamento normal da ordem democrática. Para essas vertentes da sociologia (e ciência política) da ordem, como diria Fernandes (1980), o autoritarismo não seria incompatível com a democracia. Ao eleger a noção de autocracia burguesa, Florestan Fernandes aponta o elemento histórico e estrutural das formas hegemônicas e de dominação da burguesia brasileira, com todos os seus componentes fascistizantes no Estado e no conjunto de suas instituições. Há aí uma ruptura com o modo de construção dos conceitos tais como operados pelas ciências sociais acadêmicas, dado que certo rigor analítico se distanciava da possibilidade mesma de apanhar a estrutura antagônica das classes sociais e os próprios movimentos da história em processo, que se atualizam no tempo presente.

O marxismo de Florestan Fernandes, que servirá de base à sua análise crítica da categoria múltipla e contraditória dos intelectuais, se caracteriza como uma tentativa de traduzir em solo latino-americano e brasileiro o pensamento de clássicos como Marx, Engels, Lênin, Trotsky e Rosa Luxemburgo bem como de outras correntes do pensamento marxista então mais contemporâneas, dentre os quais podemos destacar Lukács, Gramsci, Mészáros, Althusser e Poulantzas, com os quais sempre procurou dialogar criticamente e não reproduzi-los como modelos. Dado que Florestan Fernandes, como é sabido, se dizia marxista-leninista, essa identificação ideológica não abarca a amplitude e complexidade de sua interpretação marxista do Brasil e da América Latina. Na verdade, seu empenho maior foi em produzir um marxismo original que dialogasse com o pensamento anticolonial de Frantz Fanon e José Martí, voltado para os dilemas políticos do Terceiro Mundo. Mesmo em relação a Gramsci, com o qual se pode notar um

diálogo com a noção de “intelectual orgânico” e suas reflexões no plano da cultura, Florestan Fernandes não absorve os conceitos e simplesmente os aplica. Seu exame crítico da categoria dos intelectuais se vale de suas análises concretas das formações sociais do Brasil e América Latina⁷. Essa é a chave para compreender as críticas de Florestan Fernandes ao chamado colonialismo mental nas ciências sociais brasileiras, significando mais precisamente um processo de norteamericanização, a partir do *boom* da fundação de diversos programas de pós-graduação nas décadas de 1970 e seguintes, em especial nas orientações mais hegemônicas da sociologia e da ciência política.

A concepção de Florestan Fernandes sobre os intelectuais não pode ser tida como pessimista, pois o caminho, a seu ver, para superar a neutralização política do cientista social seria construir ligações orgânicas com movimentos sociais contestatórios da ordem e, com isso, ajudar a edificar formas de sociabilidade mais solidárias. Muitas vezes, os cientistas sociais chegam a uma situação esquizofrênica de no discurso defenderem posições progressistas e nas práticas da vida cotidiana agirem de modo destrutivo na competição com os pares por prestígio. Deve-se chamar a atenção nesse sentido para a resposta de Florestan Fernandes à pergunta final do livro-entrevista *A condição de sociólogo* (1978a), quando o entrevistado foi questionado como se daria a “cooptação do intelectual”, do cientista social, nas sociedades capitalistas contemporâneas. A questão crucial – subjacente à sua análise sociológica dos intelectuais na situação do capitalismo monopolista, nos centros do sistema e nas periferias – que deve ser colocada é a da necessidade de superar o retraimento do intelectual pela sua aspiração a estilos de vida típicos das classes médias ou imitativos das elites econômicas. Nesse sentido, Florestan Fernandes sugere caminhos para uma sociologia dos intelectuais, especificando em vários momentos de sua análise as condições diferenciais das nações capitalistas imperialistas e as periferias subdesenvolvidas e dependentes:

A sociedade cria uma massa de empregos que vincula o intelectual à sociedade de consumo e, de outro lado, entorpece a sua capacidade

⁷ Para uma abordagem mais aprofundada do exílio canadense de Florestan Fernandes, ver Diogo Valença de Azevedo Costa (2020). Aí também são apresentados depoimentos de José Nun, Bernd Baldus e Marion Blute que conviveram com o sociólogo paulistano na Universidade de Toronto. Já as cartas de Florestan Fernandes a Barbara Freitag elucidam o momento exato em que se deu seu aprofundamento da leitura da obra política de Lênin. A esse respeito, ver Barbara Freitag (1996).

crítica. As duas coisas se unem em termos de salários, reconhecimento de valor ou de prestígio a partir de padrões que se baseiam muito mais nas estimativas das classes em presença do que na importância intrínseca do que o intelectual produz. [...] Ao se considerar países como o Brasil, é preciso não esquecer que neles o capitalismo não pode oferecer uma grande massa de empregos de classe média ao mesmo tempo em que, inevitavelmente, as classes médias estão relativamente sufocadas.

[...] Quanto à questão da *cooptação*, ao contrário do que sucede nas nações capitalistas avançadas, as realidades não se mascaram. Os mecanismos do “dá lá, toma cá” são evidentes. O intelectual – e o cientista social não conta nem poderia contar como exceção – aprende bem depressa a “lei” de sua sobrevivência e prestigiamento. [...] Parece claro que se quer comprometer o intelectual com o nível de vida das minorias poderosas e com o espírito conservador, para neutralizá-lo. [...] Entre uma investigação e outra, ele vai preferir uma pesquisa que crie menos problemas [...] Talvez até, ele acabe sendo altamente racional com relação a fins, como diria Max Weber. E o fim vem a ser a preservação e a melhoria de sua própria posição na universidade. Trata-se de uma racionalização aprendida, adquirida, que faz parte de uma socialização orientada. (FERNANDES, 1978a, p. 159-164).

89

O recurso a essa longa citação teve o intuito de apresentar o mais precisamente possível alguns dos caminhos da perspectiva sociológica de Florestan Fernandes sobre os intelectuais, tais como foram elaborados a partir de seu combate ao regime ditatorial instaurado em abril de 1964. Desdobrando essa caracterização histórico-sociológica do intelectual, o autor de *A revolução burguesa no Brasil* (1975) irá afirmar ao mesmo tempo que a *cooptação* se desdobra em múltiplos níveis e utiliza como um caso típico o professor universitário, porém fazendo a ressalva de que se trata apenas de uma das possibilidades de emprego do cientista social, havendo, contudo, posições com recompensas mais vantajosas. “Um professor que tenha alto nível salarial [...] se identifica muito mais e com maior intensidade com o nível de vida de classe média, penetra a fundo na sociedade de consumo em massa e se condena fatalmente como intelectual” (FERNANDES, 1978a, p. 164-165). Essa condição de existência termina por vincular o intelectual a compromissos políticos com a ordem existente. “Ele [o cientista social] fica uma peça da ordem, uma força cultural da ordem e não pode gravitar pelos caminhos da rebelião e da contestação, nas quais acaba tendo muito a perder” (FERNANDES, 1978a, p. 165). Por fim, seu julgamento desse tipo de intelectual se faz bastante severo: “Ele pulveriza a vida intelectual comprimindo-a entre outras exigências, nascidas das atividades mundanas, do consumo conspícuo e dos fins de semana sedutores. Torna-se, enfim, um pobre coitado” (FERNANDES,

1978a, p. 165). O contraste entre sua postura de intelectual público, na acepção *mannheimiana*, antes de sua aposentadoria compulsória da USP em 1969, e depois a de intelectual socialista se revela aqui patente, embora haja continuidades entre uma e outra dessas duas dimensões, em especial a ideia de que o saber objetivo sobre o mundo social – o que não quer dizer neutro – deve pautar a atuação política do cientista social junto às correntes e principais tendências de transformação histórica.

Não se trata, pura e simplesmente, de uma condenação moral dos intelectuais que se conformam à ordem da dominação capitalista, mas de um esforço de analisar sociologicamente as repercussões dos vínculos de classe, dos compromissos políticos e ideológicos, das posições institucionais e de quaisquer outros determinantes objetivos da vida intelectual nas orientações teóricas, metodológicas e práticas dos sociólogos e demais cientistas sociais. Trata-se, em outros termos, de uma verdadeira sociologia da sociologia e, nesse sentido, também se pode dizer que as decisões políticas de Florestan Fernandes, para se afastar do modelo intelectual mais palatável aos *donos do poder*, não devem ser tomadas como posturas voluntaristas, mas respaldadas pela sua interpretação histórica-sociológica do processo de modernização conservadora no Brasil e na América Latina e das contradições do *capitalismo selvagem*, dependente, das periferias do sistema capitalista em proporções internacionalizadas. A possibilidade de superar a prática política da sociologia como serva da ordem, para Florestan Fernandes, seria o de se vincular organicamente aos movimentos anticapitalistas, de modo que as ciências sociais pudessem fornecer conhecimentos úteis à crítica socialista do estado de coisas realmente existentes, desvelando os mecanismos de exploração, expropriação e espoliação recorrentes do capitalismo dependente e suas formas correlatas de dominação autocrática nos âmbitos do Estado e das instituições da sociedade civil.

Esse debate de Florestan Fernandes na década de 1970 pode ser trazido para o momento político atual no Brasil, pensando-se nos ataques dirigidos às ciências sociais, à filosofia e às humanidades de um modo geral. Os cientistas sociais foram acusados de serem inúteis. Inclusive um ex-Ministro da Educação do governo Bolsonaro, exercendo uma função de Estado, afirmou: “Eu, como

brasileiro, eu quero ter mais médico, mais enfermeiro, mais engenheiro, mais dentistas. Não quero mais sociólogo, antropólogo, não quero mais filósofo com o meu dinheiro” (APUFSC, 2020). Logo segue que, por essa lógica baseada na pura ignorância das necessidades reais de uma sociedade moderna, seria mais rentável investir em cursos como engenharia, medicina, enfermagem, veterinária, agronomia etc. Os governos de feição autocrática elegem como um de seus objetivos a reestruturação completa, à sua imagem e semelhança, das carreiras intelectuais. Como tais cursos são mais tradicionalmente vinculados aos símbolos de prestígio e vistos como meios de garantir o *status* dos grupos médios e das classes altas, além disso entendidos como carreiras técnicas para alavancar os setores produtivos, uma mentalidade de acumulação predatória não iria valorizar cursos capazes de imprimir outro nível de debate nas relações democráticas e participativas que envolvam a cidadã e o cidadão nas decisões políticas fundamentais de sua própria sociedade.

91

O papel dos cientistas sociais seria de vital importância nos processos de mudança social planejada, assim como dos educadores, dos historiadores, dos filósofos etc., todos detendo grande importância na construção coletiva de um pensamento crítico e realizando pesquisas capazes de orientar o próprio processo da mudança. Mas para se alcançar esse patamar seria necessário construir, em primeiro lugar, uma sociedade efetivamente democrática e de participação ampliada. Como esperar ações de planejamento social se vivemos numa espécie de capitalismo predatório? Será que seremos capazes de opor uma ação tenaz contra os atuais ataques às ciências sociais e às humanidades? Ou permaneceremos nos limites do protesto e das notas de repúdio, que são importantes, mas muitas vezes sem efeito prático? Por essas e outras razões, caberia recuperar no momento brasileiro atual o sentido epistemológico da utilização por Florestan Fernandes da expressão “sociologia crítica e militante”, título de um ensaio com feições autobiográficas em que o autor reavalia toda sua trajetória intelectual. Não se tratando de uma expressão panfletária, sua intenção seria fundir análises rigorosas sobre as características das formações sociais brasileira, latino-americana e mundial, e ao mesmo tempo procurar aproximar o intelectual dos movimentos sociais de cunho mais radical e democrático para romper com o isolamento do

cientista social. Florestan Fernandes não pensava de modo idealista o uso dos saberes produzidos pelas ciências sociais, bastando que a verdade científica fosse compreendida por todos para serem incorporadas às práticas sociais. Ao contrário, sem canais sociais democráticos de aproveitamento dos conhecimentos sociológicos seria impossível utilizá-los para fins outros, que estejam distantes das expectativas dos donos do poder e das elites das classes dominantes. Em outras palavras, seria necessário que os próprios cientistas sociais trabalhassem pela construção desses canais sociais democráticos, junto com os setores mais progressistas da sociedade.

Os ataques contra as ciências sociais e as humanidades não partem apenas da ignorância, pois os próprios grupos reacionários brasileiros parecem desconhecer historicamente os usos conservadores de determinadas correntes sociológicas, que combinariam muito bem com suas visões de mundo e ideologias. A *lumpenburguesia* iletrada não chegaria tão longe em termos de perspectiva histórica. A ignorância apenas encobre, contudo, os interesses de classe mais mesquinhos, antissociais, antinacionais e antidemocráticos de quem não percebe a necessidade de profissionais de diversas áreas para que se possa almejar a um desenvolvimento de tipo alternativo, equilibrado, justo, livre e igualitário. Antissociais, antinacionais e antidemocráticos são termos utilizados frequentemente por Florestan Fernandes para caracterizar as frações e os setores de classe autocráticos da burguesia brasileira. Em *O que é revolução* (FERNANDES, 1981b), livro em que sintetiza as principais teses contidas em *A revolução burguesa no Brasil* (1975), complementando-as com um debate sobre as estratégias da luta socialista na realidade brasileiras de fins da ditadura, esses termos possuem significados precisos e não correspondem a mero julgamento moral. Antissocial porque a burguesia se serve de formas de exploração pré e subcapitalistas, antinacional porque são pró-imperialistas e antidemocráticas pelo uso da violência. Isto é, o que tais setores egoísticos de classe almejam seria o desenvolvimento capitalista acelerado dos grandes negócios, verdadeiros oásis de riquezas em meio a bolsões de miséria e subdesenvolvimento, sustentados pela superexploração do trabalho e na espoliação constante do patrimônio nacional. As categorias teóricas de Florestan Fernandes construídas em suas análises do

capitalismo dependente, dentre as quais *superexploração do trabalho* e *autocracia burguesa*, permitem concluir que esse tipo de desenvolvimento nacional autônomo só se faria possível mediante uma ruptura com a *democracia restrita* e sua submissão imperialista externa. O contexto presente sugere um desenvolvimento histórico oposto, caracterizado por uma regressão neocolonial. Em entrevista ao Programa Roda-Viva em 1994 diria Florestan Fernandes:

E os países da periferia vão ter o seu papel redefinido. Eles não vão ser só dependentes: eles vão ter nexos neocoloniais; vai haver uma interação dialética entre dependência e nexos neocoloniais que vão sufocar a capacidade produtiva original dos países (FERNANDES, 2010b, p. 311).

93

Esse parece ser o cenário contemporâneo, com fortes traços de reprimarização da economia nacional e sucateamento do parque produtivo, de modo a se barganhar as riquezas produzidas pelos trabalhadores com o capital fictício, na sua forma de capital financeiro parasitário. Em tais circunstâncias os papéis políticos dos cientistas sociais ficam bastante restritos em termos de sua utilização construtiva pelas forças democráticas da sociedade, nos marcos de uma história de *circuito fechado*, nos quais os piores pesadelos do regime ditatorial retornam em roupagens neofascistas. As frestas capazes de se abrir estão nas relações orgânicas que os cientistas sociais críticos da ordem autocrática sob o capitalismo dependente serão capazes de estabelecer com movimentos populares e os partidos políticos capazes de fazer frente ao bloco de poder conservador.

O ensaio sociológico de Florestan Fernandes sobre as ditaduras militares e os intelectuais na América Latina (FERNANDES, 2010a) mencionado na primeira seção deste trabalho pode ser comparado com a leitura de outros textos do autor, indicados logo adiante, dado que ampliam as ideias nele contidas. A escolha do referido ensaio se deu por se tratar de uma das primeiras formulações de Florestan Fernandes sobre os papéis políticos dos intelectuais após seu afastamento compulsório da Universidade de São Paulo e, por isso, as formulações aí contidas representarem um primeiro momento de clivagem no pensamento do autor. Outros trabalhos do autor, entretanto, ajudam a recompor a caracterização histórico-sociológica dos cientistas sociais como categoria, em suas polarizações políticas pró ou contra a ordem capitalista, num momento dramático de incorporação do Brasil aos dinamismos da economia internacional em condições

de subordinação e dependência. Os textos a seguir – os quais fundamentam o conjunto de ideias aqui elaboradas sobre Florestan Fernandes – fornecem a dimensão exata da análise sociológica do bloco heterogêneo e contraditório dos intelectuais, no caso sociólogos e demais cientistas sociais, imersos nas turbulências da era do capital monopolista, financeiro e imperialista nos centros e nas periferias do sistema: o apêndice de *Elementos de sociologia teórica*, escrito em 1962 e intitulado *O conhecimento sociológico e os processos políticos*, texto ainda bastante situado na sua fase acadêmica; o terceiro capítulo de *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina* (2009b), escrito em 1972 e intitulado “Sociologia, Modernização Autônoma e Revolução Social”; os seguintes ensaios publicados na segunda parte de *A sociologia no Brasil*: “Sociólogos: os novos mandarins”, de 1969; “Sociologia e socialismo”, de 1975; e “A sociologia como contestação”, de 1976. A título das experiências pessoais de Florestan Fernandes, que embasam suas análises sociológicas da sociologia acadêmica e dos intelectuais universitários no Brasil, seria indispensável a leitura de “Em busca de uma sociologia crítica e militante” e de “A geração perdida”, ambos escritos em 1976 (assim supondo-se pela data do prefácio de *A sociologia no Brasil*, ou no máximo em 1977, ano em que o livro foi publicado). Também a título de experiência pessoal, um livro escrito por ocasião dos 50 anos da Universidade de São Paulo, *A questão da USP* (1984a), contextualiza as análises sociológicas de Florestan Fernandes sobre os intelectuais no Brasil e América Latina. Não haveria espaço para destrinchar cada uma dessas leituras⁸, as quais revelam passo a passo as reelaborações teóricas de Fernandes, em especial o abandono dos conceitos *autoritário* e *autoritarismo* por *autocracia burguesa* – mudança conceitual que irá ser fundamental na sua interpretação do Brasil, assumindo-se aí a noção de autocracia como estrutural e não restrita ao Golpe de 64. Tanto é assim que a categoria de autocracia estará presente na sua análise política da *Nova República*⁹.

⁸ Essas indicações servem como um roteiro para que os leitores possam tirar suas próprias conclusões quanto às ideias de Florestan Fernandes sobre os intelectuais. Uma síntese da visão de Florestan Fernandes sobre o assunto se encontra numa entrevista concedida em 24/07/1977 (FERNANDES, 2011, p. 293-307), também podendo ser consultada em Amélia Cohn (2008).

⁹ No que se refere a suas críticas dos conceitos de autoritário e autoritarismo, ver Florestan Fernandes (2019); para conhecer suas análises da “redemocratização”, ver Florestan Fernandes (1984b).

As análises sociológicas de Florestan Fernandes sobre as ciências sociais e os intelectuais que as praticam levam em conta os níveis estruturais de organização da sociedade de classes, na forma de relações entre as dimensões sociais, políticas, econômicas, culturais e ideológicas, envolvendo os níveis conjunturais das correlações de forças entre classes, frações de classe das burguesias e dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, suas análises não descuram das camadas populares e das massas espoliadas, os condenados da terra, agentes históricos que lutam para sobreviver diante dos efeitos mais perversos das interações dialética entre capitalismo dependente e o sistema financeiro parasitário em escalas nacional, local, regional, transnacional e mundial. Trata-se, portanto, de uma análise sociológica histórico-concreta que, vinculada à perspectiva crítica socialista e à militância política, difere dos horizontes conceituais da sociologia acadêmica e de suas precisões típico-ideais, muito ao sabor das construções *mannheimianas* dos tipos de ideologias e utopias. Florestan Fernandes dominava muito bem esses dois caminhos de análise, mas as exigências históricas da situação, de combate à ditadura, deixaram em segundo plano o refinamento acadêmico e colocaram na linha de frente categorias sociológicas que se misturam com as tendências prospectivas de mudança social apontadas pelas teorias revolucionárias socialistas. Esse estilo de reflexão política e teórica, por apontar as tendências históricas em curso e identificar os agrupamentos em disputa pela hegemonia, seria mais adequado à articulação de uma militância política antifascista entre múltiplos estratos intelectuais progressistas e democráticos. Essa fração da *inteligência brasileira*, contudo, não tem conseguido alcançar, como revelam análises recentes sobre a educação (DI CARLO, 2019a; LOPES, 2019) o mesmo grau de coesão e ação concertada da intelectualidade conservadora.

Assim, as categorias sociológicas de Florestan Fernandes terminam por assumir contornos históricos cada vez mais concretos, reconstruídas como “sínteses de múltiplas determinações” ou “unidade do diverso”, a maneira pela qual exercitava o método dialético naquilo que passou a chamar, já nos idos da década de 1950, de *sociologia diferencial* ou *histórica*. Não sendo objeto propriamente de investigação do presente artigo, pode-se dizer que tais

concepções sobre os intelectuais de Florestan Fernandes serão aprofundadas posteriormente – quando de sua militância socialista nos quadros do Partido dos Trabalhadores (PT), no qual ingressa a partir de 1986 – numa perspectiva proletária. Perguntando-se qual seria “a maneira do intelectual se tornar orgânico das classes trabalhadoras”, sua resposta consistiria em “ele se proletarizar”, ou seja, “se o intelectual não se desprender das raízes burguesas e pequeno-burguesas, ele transfere para o PT o que a gente poderia chamar de atrofia burguesa”. Ao mesmo tempo, irá apontar que “o aburguesamento do intelectual é muito forte no Brasil, mesmo que ele seja socialista” e, para desenvolver uma autêntica socialização proletária e consciência de luta correlata, “só um partido socialista que tenha uma ampla base operária pode aproveitar o intelectual nessa direção” (FERNANDES, 1995, p. 196-197). O próprio Florestan Fernandes traçava essa condição objetiva do intelectual como uma espécie de autocrítica sociológica de sua trajetória política nas ciências sociais. Haveria, enfim, uma longa distância entre o Florestan acadêmico das décadas de 1940, 50 e 60 e o Florestan socialista revolucionário dos anos 1970, 80 e 90, mas há algo em comum entre ambos que não se pode descuidar: a compreensão de seus respectivos papéis políticos como intelectual coincide com a convicção de que a ciência social deve não neutra, mas objetiva, e de que deve servir a propósitos de democratização da sociedade brasileira.

4. À guisa de conclusão: por uma crítica da sociologia da ordem

Retomando-se a crítica de Florestan Fernandes à “nova sociologia da ordem” e mostrando-se como tal crítica se enreda nos dinamismos internacionais do processo de contrarrevolução permanente, tem-se agora uma dimensão histórica mais ampla para se pensar alguns vínculos ideológicos conservadores das ciências sociais. Nosso autor foi talvez um dos únicos sociólogos brasileiros que não se limitou a incorporar as vertentes clássicas das Ciências Sociais. Florestan Fernandes as reinventou e propôs algo original em terras latino-americanas, realizando uma síntese teórica, metodológica e epistemológica que levava em conta a relevância das ciências sociais para enfrentar os dilemas do subdesenvolvimento. Por isso que recuperar seus escritos a esse respeito é uma

das tarefas mais cruciais, tão ou mais importante do que se devotar aos teóricos da moda dos centros e das periferias do sistema. Esse esforço de síntese – que, aliás, o próprio Florestan Fernandes considerava inconclusa, pois as transformações do mundo social e histórico sempre terminam por exigir novas e constantes reelaborações conceituais – está contida nos trabalhos reunidos em livros como *Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada*, *Fundamentos da Explicação Sociológica* e *Elementos de Sociologia Teórica*. No final da década de 1970, nosso autor irá reavaliar, numa espécie de acerto de contas consigo mesmo e com a sociologia acadêmica, da qual foi um dos máximos representantes, todo o conjunto de sua densa, complexa e multifacetada produção anterior. Essa revisão foi avançada em *A natureza sociológica da sociologia*, livro que condensa suas posições intelectuais mais consistentes em termos políticos, teóricos e epistemológicos na sociologia e no conjunto das ciências sociais.

97

Pode-se tentar encontrar um fio condutor para esse trabalho teórico de Florestan Fernandes, havendo uma série de critérios, combinados, a partir dos quais o autor realizou essa síntese teórica, conceitual, metodológica e epistemológica. Por exemplo, as várias contribuições clássicas e modernas das ciências sociais são reordenadas a partir de seus graus de abstração teórica ou de aproximação ao concreto histórico, em função de suas potencialidades práticas, ou ainda em termos de suas possibilidades para a pesquisa empírica, dentre vários outros critérios como suas respectivas concepções epistemológicas ou suas formas de encarar as relações com os processos políticos e movimentos sociais. O importante a reter aqui é que em fins da década de 1970 o autor realizou uma crítica marxista da sociologia, analisando rigorosamente todas suas posições teóricas numa espécie de superação dialética e com isso se querendo dizer que as perspectivas anteriores não são simplesmente abandonadas, mas conservadas e elevadas a um nível superior. A esse respeito, Fernandes nunca abandonou as divisões que propôs da sociologia nos anos 50. No entanto, as limitações de cada subdivisão da sociologia se tornam na sua visão cada vez mais explícitas e, ao mesmo tempo, a consciência de que a unificação teórica desses campos seria mais uma questão política de superação da ordem capitalista, e não meramente de teoria, surge com toda força.

Em suas palavras, a “sociologia reflete o caráter antagônico da civilização capitalista. A sociologia não se estilhaçou em nossos dias. Ela *nasceu estilhaçada*, e não poderia ser diferente, dada a sociedade que a engendrou e os dilemas sociais que ela enfrentava” (FERNANDES, 1980, p. 27). Logo adiante no mesmo texto Florestan Fernandes dirá que a síntese teórica “não pode ser proposta apenas como um problema epistemológico, já que o estilhaçamento da sociologia só pode ser superado *após* a desagregação da ordem social antagônica existente” (FERNANDES, 1980, p. 28), de modo que a leitura de *A natureza sociológica da sociologia* deve ser levada muito a sério e não ser rejeitada como um escrito de sua fase política, sem interesse sociológico. Ao contrário, os escritos teóricos anteriores de Florestan Fernandes devem ser lidos à luz da densidade política e epistemológica contida nesse escrito em que o autor se autoanalisa com extremo rigor, sinceridade e alinhado ao socialismo revolucionário. Trata-se de uma linha de investigação ainda pouco explorada para se entender as rupturas e continuidades no pensamento de Florestan Fernandes, geralmente representadas como uma oposição entre uma fase acadêmico-sociológica e outra militante-socialista.

98

Uma rápida análise do segundo capítulo de *A natureza sociológica da sociologia* exemplifica bem tudo o que foi dito, pois será neste capítulo que se pode perceber mais diretamente os vínculos entre a contrarrevolução como processo internacional, irradiado a partir das nações imperialistas e sua superpotência mundial, e as novas práticas da chamada sociologia da ordem, hegemônicas em meados do século XX, mas intensificadas com a revolução técnico-científica dos anos 70. O uso da ciência e da tecnologia científica na produção criou uma vantagem para o capital em termos de manipulação da superpopulação relativa, do exército industrial de reserva e da “massa marginal”¹⁰. Isso não apenas depreciou os salários, mas contribuiu para intensificar a tirania do grande capital nas indústrias e pulverizar o poder de resistência dos sindicatos, antes cooptados pelo padrão de acumulação fordista e atrelados à socialdemocracia. Isso se realizou apenas nos países de capitalismo central e não se pode falar, aqui no Brasil e no capitalismo dependente em geral, de Estados do bem-estar social. Esse novo

¹⁰ A categoria de “massa marginal” foi formulada em termos marxistas rigorosos pelo cientista político argentino José Nun em 1969 (NUN, 2001).

padrão de acumulação flexível, *toyotizado* – que começa a se estruturar com muita força a partir dos anos 70 do século passado e ganha o nome de *neoliberalismo* – exigiu um novo tipo de ciência social que esvazia a realidade de todo seu conteúdo histórico, dos conflitos, dos antagonismos de classes e de outras categorias sociais, operando no plano da formalização abstrata a manipulação de variáveis que, a princípio, devem contribuir para a previsão do comportamento social como ferramentas de controle político. Exemplos dessa “nova sociologia da ordem” estariam na “ciência política comparada”, nas diversas escolas liberais da ciência econômica, neoclássicas e neoliberais, na sociologia excessivamente formalista da Grande Teoria *a la* Parsons e no “empirismo abstrato” das pesquisas quantitativas. O raciocínio cibernético ingressou violentamente nesse novo padrão de cultivo, conservador e reacionário, das ciências sociais, transformando a sociologia num poderoso instrumento de engenharia social e controle político.

99

Os grandes projetos de pesquisa quantitativa realizados em instituições tecnocráticas altamente burocratizadas, em geral submetidas a influências de órgãos governamentais e ao poder de dominação dos Estados capitalistas das nações hegemônicas e de sua superpotência imperialista, os Estados Unidos, exemplificam enfaticamente essa “nova sociologia da ordem”. Aqui se pode fazer menção a um dos mais notórios escândalos das ciências sociais nos anos 60, o Projeto Camelot. As denúncias sobre o Projeto Camelot na América Latina fortalecem os indícios de vinculações existentes entre determinadas orientações sociológicas e os interesses geopolíticos, culturais, militares e econômicos dos governos estadunidenses, ou seja, entre a “nova sociologia da ordem” e a “contrarrevolução capitalista em escala mundial”, a qual tenta impedir a todo custo mesmo as reformas democráticas dentro dos limites do próprio capitalismo. Subordinado ao *Special Operations Research Office* do exército dos Estados Unidos, com um orçamento de “muitos milhões de dólares”, os propósitos do Projeto Camelot seriam “avaliar o potencial de guerra intestina nas sociedades nacionais”, tendo como foco os países latino-americanos e, com isso, debelar as possibilidades insurrecionais. Alvo de fortes protestos, esse projeto teve início em 1964, durando pouco mais de um ano (HOROWITZ, 1969). O fetichismo dos dados e dos conceitos, a pesquisa quantitativa absolutizada como critério científico de verdade por

excelência, a burocratização e profissionalização assépticas do trabalho intelectual, ou seja, uma ciência social robotizada, tudo isso se enquadra nesse tipo de conhecimento a serviço da contrarrevolução capitalista, nas suas feições mais violentas, autocráticas e profundamente antidemocráticas. Foi esse tipo de conhecimento, ou esse padrão perverso e distorcido de ciências sociais, que esteve na base das invasões estrangeiras dos Estados Unidos nos países latino-americanos, de seu apoio a golpes de Estado e sua presença genocida na guerra do Vietnã. É preciso, por isso, ficarmos atentos às versões contemporâneas do Projeto Camelot, podendo-se mesmo supor que as redes sociais são um poderoso instrumento de coleta de informações para esse tipo de investigação sociopática, a serviço dos propósitos velados da dominação imperialista.

100

Essas considerações de Florestan Fernandes foram bastante pioneiras e, na mesma época ou mesmo um pouco antes, seria oportuno mencionar que Clóvis Moura teceu importantes observações sobre o assunto, num livro intitulado *A sociologia posta em questão* (1978). A diferença entre os dois é que Clóvis Moura, numa posição mais ortodoxa, parece condenar em bloco as tradições sociológicas e as ciências sociais acadêmicas. Florestan Fernandes procura separar o joio do trigo e incorpora criticamente os avanços conceituais e de método da sociologia acadêmica, mas combate sem tréguas a “nova sociologia da ordem” e parece vê-la como mero *ersatz* da ideologia reacionária das burguesias imperialistas ou imperializadas da periferia. Por fim, para enfrentar esse tipo distorcido de ciência social e recuperar o potencial emancipatório da sociologia não seria suficiente a crítica confortável, dentro da segurança ilusória que nos fornecem os muros e as paredes da Universidade, mas o caminho seria vincular o conhecimento sociológico aos movimentos socialistas de contestação da ordem burguesa na era do capital financeiro parasitário, dos oligopólios e do imperialismo. O que Florestan Fernandes está querendo dizer é que devemos ir além de um “radicalismo abstrato” inócuo, excessivamente crítico da ordem, porém sem vínculos orgânicos com as verdadeiras forças sociais capazes de opor resistência à dominação do grande capital, as massas populares e o conjunto das classes trabalhadoras.

As reflexões de Florestan Fernandes sobre o tipo histórico de fascismo no Brasil e América Latina, a autocracia burguesa, o capitalismo dependente e o processo prologando de contrarrevolução, categorias teóricas essas que em suas múltiplas dimensões ajudam a reconstruir uma mesma totalidade social concreta, indicam caminhos possíveis de padrões de ajustamento entre os intelectuais, cientistas sociais, à atual ordem política existente no Brasil. Primeiro, ou esse intelectual se omite, utilizando-se de um linguajar teórico-abstrato que condena os absurdos *bolsonaristas*, mas deixa intacta e preservada a direita tradicional, liberal, a qual contribuiu para eleger o próprio presidente extremista e recompõe constantemente suas alianças espúrias, a julgar pelo exemplo recente das composições políticas para a eleição de Arthur Lira para a presidência da Câmara dos Deputados, acontecimento conjuntural que expressa bem a tradição brasileira de conciliação pelo alto; segundo, ou se lança a uma espécie de radicalismo abstrato, numa espécie de discurso incisivo desprovido de uma base popular ou de massas; ou, por fim, talvez o único caminho viável de crítica da ordem, procura se vincular organicamente aos movimentos sociais e trabalhar sua perspectiva teórica com base nas potencialidades reais de atuação das forças políticas organizadas da sociedade, próximas das classes trabalhadoras, do conjunto dos grupos subalternos e das camadas populares.

5. Referências bibliográficas

APUFSC. **Weintraub**: 'Não quero sociólogo, antropólogo e filósofo com meu dinheiro'. Disponível em: <https://www.apufsc.org.br/2020/06/15/weintraub-nao-quiero-sociologo-antropologo-e-filosofo-com-meu-dinheiro/>. Acesso em: 25 set. 2020.

CASIMIRO, F. H. C. **A Nova Direita**: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo. São Paulo: Expressão Popular, 2018

COHN, A. (org.). **Florestan Fernandes**. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2008.

COSPITO, G. **Il ritmo del pensiero**: per una lettura diacronica dei «*Quaderni del carcere*» di Gramsci. Napoli: Bibliopolis, 2011.

COSTA, D. V. de A., Homenagem a Florestan Fernandes – uma sociologia do impossível. **Novos Olhares Sociais**, Cachoeira, v. 3, n. 2, p. 283-302, 2020.

COSTA, D. V. de A., BOMFIM, E. R. O papel político do sociólogo na América Latina: diálogos entre Fals Borda e Florestan Fernandes. **Estudos de Sociologia**, Recife, v. 2, n. 26, p. 279-335, 2020.

CZAJKA, R. Intelectuais, literatura e imprensa no pós-golpe. *História Unisinos*. v. 18, n. 3, p. 498-505, 2014.

DI CARLO, J., KAMRADT, J. Bolsonaro e a cultura do politicamente incorreto na política brasileira. **Teoria e Cultura**, v. 13, n. 2, p. 55-72, 2018.

DI CARLO, J. Da educação à doutrinação, da realidade ao simulacro, do bolsonarismo ao totalitarismo. **Boletim Lua Nova**, 08 maio 2019a. Disponível em: <https://boletimluanova.org/2019/05/16/da-educacao-a-doutrinacao-da-realidade-ao-simulacro-do-bolsonarismo-ao-totalitarismo/>. Acesso em: 02 maio 2021.

DI CARLO, J. Vicissitudes do intelectual público: um estudo de caso sobre Mário Pedrosa (1944-1968). **Ciências Sociais Unisinos**, v. 55, n. 7, p. 265-675, 2019b.

FALS BORDA, O. Algunos problemas prácticos de la sociología de la crisis. **Revista Mexicana de Sociología**, v. 31, n. 4, p. 767-793, out.-dez.1969.

FERNANDES, D. C., VIEIRA, A. M. V. A direita mora do mesmo lado da cidade: especialistas, polemistas e jornalistas. *Novos Estudos/CEBRAP*, v. 38, n. 1, p. 157-182, 2019.

102

FERNANDES, F. **A sociologia numa era de revolução social**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976a.

FERNANDES, F. **Elementos de sociologia teórica**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FERNANDES, F. **Ensaio de sociologia geral e aplicada**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1976b.

FERNANDES, F. **A sociologia no Brasil**: contribuições para o estudo de sua formação e desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1977.

FERNANDES, F. **A condição de sociólogo**. São Paulo: HUCITEC, 1978a.

FERNANDES, F. **Fundamentos empíricos da explicação sociológica**. 2. ed. São Paulo: LTC, 1978b.

FERNANDES, F. **A natureza sociológica da sociologia**. São Paulo: Ática, 1980.

- FERNANDES, F. **Poder e contrapoder na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981a.
- FERNANDES, F. **O que é revolução**. São Paulo: Brasiliense, 1981b.
- FERNANDES, F. **A questão da USP**. São Paulo: Brasiliense, 1984a.
- FERNANDES, F. **Nova República?** 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1984b.
- FERNANDES, F. **Em busca do socialismo: últimos escritos & outros textos**. São Paulo: Xamã, 1995.
- FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 4. ed. São Paulo: Global, 2009b.
- FERNANDES, F. **Circuito fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional”**. São Paulo: Globo, 2010a.
- FERNANDES, F. **Leituras & legados**. São Paulo: Global, 2010b.
- FERNANDES, F. **Brasil: em compasso de espera**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.
- FERNANDES, F. **Apontamentos sobre a “teoria do autoritarismo”**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.
- FREITAG, B. Florestan Fernandes por ele mesmo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 10, n. 26, p. 129-172, 1996.
- HOROWITZ, I. L. **Ascensão e queda do Projeto Camelot: estudos sobre as relações entre Ciência Social e prática política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.
- LOPES, A. C. Articulações de demandas educativas (im)possibilitadas pelo antagonismo ao “marxismo cultural”. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 27, n. 109, p. 1-17, 2019.
- MAYER, A. J. **Dinâmica da contra-revolução na Europa: 1870 – 1956**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- MOURA, C. **A sociologia posta em questão**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.
- NUN, J. **Marginalidad y exclusión social**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001.
- PERRUSO, M. A. Articulações entre intelectuais e movimentos populares nos anos 1970/80. **R. Pós Ci. Soc.** v. 8, n. 16, p. 175-193, 2011.

RODRIGUES, L. S. **Florestan Fernandes**: interlúdio (1969-1983). São Paulo: HUCITEC, 2010.

SOARES, E. V. **Florestan Fernandes**: o militante solitário. São Paulo, Cortez, 1997.

The social sciences and the permanent counter-revolution: the role of intellectuals in Florestan Fernandes' vision

Diogo Valença de Azevedo Costa

Abstract: This article aims to analyze Florestan Fernandes' perspective on the political role of social scientists as a social category, after his compulsory retirement from the Universidade de São Paulo (USP) in 1969, due to the dictatorial regime implemented in 1964. The research method used was based on the reconstruction of Fernandes' arguments in his works of the time, delimiting the readings around his essays on the question of intellectuals. The main thesis defended here assumes that the sociological analysis of social scientists elaborated by Florestan Fernandes is related to his theoretical category of *permanent counter-revolution*, an idea well developed in his analyses of the *civil-military dictatorship* (1964-1985). The author produces a true sociology of intellectuals, still today underexplored by the interpreters of this thought, especially concerned with the situation of peripheral and dependent capitalist countries.

Keywords: Social Sciences; permanent counter-revolution; role of Intellectuals; Florestan Fernandes

Las ciencias sociales y la contrarrevolución permanente: el papel de los intelectuales en la visión de Florestan Fernandes

Diogo Valença de Azevedo Costa

Resumen: Este artículo tiene como objetivo analizar la perspectiva de Florestan Fernandes sobre el papel político de los científicos sociales como una categoría social, después de su retiro obligatorio de la Universidade de São Paulo (USP) en 1969, debido al régimen dictatorial implementado en 1964. El método de investigación utilizado se basó en la reconstrucción de los argumentos de Fernandes en sus obras de la época, delimitando las lecturas en torno a sus ensayos sobre la cuestión de los intelectuales. La tesis principal que se defiende aquí supone que el análisis sociológico de los científicos sociales elaborado por Florestan Fernandes se relaciona con su categoría teórica de *contrarrevolución permanente*, idea bien desarrollada en sus análisis de la dictadura *cívico-militar* (1964-1985). El autor produce una verdadera sociología de los intelectuales, aún hoy poco explorada por los intérpretes de su pensamiento, especialmente preocupada por la situación de los países periféricos y de capitalismo dependiente.

Palabras-clave: Ciencias Sociales; contra-revolución permanente; papel de los intelectuales; Florestan Fernandes

105

Recebido em 8 de outubro de 2020
Aprovado em 8 de fevereiro de 2021